

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ DE MEDEIROS BIORA ARAUJO

DIRETAS JÁ!

DA MOBILIZAÇÃO À MUDANÇA

CURITIBA

2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANDRÉ DE MEDEIROS BIORA ARAUJO

DIRETAS JÁ!

DA MOBILIZAÇÃO À MUDANÇA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2015

RESUMO

O presente trabalho trata da mobilização social no contexto da campanha das *Diretas Já*, como se desenrolou o jogo político em um contexto conjugado de crise social, econômica e política, que teve na tensão em torno da sucessão presidencial seu maior foco. Diante de uma conjuntura de erosão do regime autocrático a campanha pelo voto direto mobiliza uma grande parcela da sociedade e por meio de grupos e movimentos sociais atraem para si uma grande quantidade de recursos sociais e políticos, através do apoio de governadores e de grupos políticos de oposição ao regime. O objetivo do trabalho é então fazer um estudo bibliográfico de artigos que tratam do tema, abordando as circunstâncias em que se desenrolou o jogo político, como convergiram os interesses políticos e as demandas societárias numa única direção e como foi possível a mobilização de tantas pessoas em uma época de intensa restrição de direitos. Percebemos ao longo do trabalho que a mobilização social por meio de passeatas, comícios ou reuniões de massa, possuem um forte apelo político, dando legitimidade às demandas e sinalizando ou direcionando a vontade popular, mas que é a quantidade de recursos a disposição de cada ator político que direcionam os caminhos do jogo, um exemplo disso é o próprio resultado final da campanha, mesmo com toda a mobilização e vontade popular e política pressionando os parlamentares pela aprovação da emenda Dante de Oliveira, o governo ainda dispunha de uma boa quantidade de recursos políticos para manter a sucessão nos termos já vigentes, adiando o voto direto em mais um pleito, mesmo com significativa vitória numérica a emenda foi recusada ao não atingir os dois terços exigidos pela Constituição. Assim podemos perceber que manifestações populares de massa possuem uma grande capacidade de mobilizar a sociedade em torno de demandas sociais e podem, por sua vez, influenciar sobremaneira as decisões políticas, contudo, em que pese todas essas circunstâncias, as regras do jogo político se pautam por várias outras determinações que direcionam as decisões dos agentes políticos.

Palavras-chave: Diretas Já, manifestação social, mobilização, movimentos sociais.

ABSTRACT

This paper brings forward the social mobilization in the context of the campaign of "Diretas Já!" as the political game unfolded in a context that put together social, economic and political crisis, that had its main focus on the tension around the presidential succession. Faced with a conjecture of deterioration of the autocratic regime, the campaign by direct vote mobilized a large portion of the society and through groups and social movements, draw to themselves a lot of social and political resources, through the support of governors and political groups in opposition to the regime. The objective of this paper is to make a bibliographic study of the articles on the same matter, addressing on the circumstances in which took place the political game, how the political interests and societal demands converged in one direction and how the mobilization of so many people were possible at a time of severe restriction of rights. We realized throughout the paper that social mobilization through demonstrations, rallies or mass meetings, have a strong political appeal, giving legitimacy to the demands and signaling or directing the popular will, but the amount of resources available to each politician actor is what directs the ways of the game, an example is the very end result of the campaign, even with the entire mobilization and popular will and political pressing lawmakers for approving the amendment Dante de Oliveira, the government still had a good amount of resources to maintain political succession under already existing terms, delaying the direct vote in another election, even with significant numerical victory the amendment was rejected by not achieving the two-thirds required by the Constitution. So we can realize that mass demonstrations have a great ability to mobilize society around social demands and can greatly influence political decisions, however, despite all these circumstances, the rules of the political game are guided by several other determinations that guide the decisions of politicians

Key-words: "Diretas Já", social manifestation, mobilization, social movements.

Sumario

1	INTRODUÇÃO.....	06
2	MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA.....	08
3	A CAMPANHA DAS DIRETAS E SUAS CAUSAS.....	11
4	A ECLOSÃO DOS PROTESTOS.....	16
5	BALANÇO FINAL – CONQUISTAS E DERROTAS.....	27
	REFERÊNCIAS.....	33

1 INTRODUÇÃO

O trabalho de monografia que se segue pretende à luz das teorias políticas e sociológicas, realizar um estudo bibliográfico de artigos que tratam do processo em torno das manifestações populares, mais especificamente as que se seguiram ao período de abertura política e fim da ditadura civil-militar brasileira em meados da década de 1980.

Assim este trabalho pretende apreender como se deu o processo de organização das massas populares que desencadearam as várias mobilizações registradas na grande maioria das capitais nesse período e como se organizaram os vários grupos e atores políticos e sob que bandeiras e reivindicações encadearam suas lutas e protestos a partir das obras de autores que discorrem sobre o tema.

A questão central do trabalho gira em torno de levantar informações que subsidiem o seguinte debate: Como se deu o processo de formação desse movimento que atraiu para si tanta repercussão e conseguiu por sua vez, movimentar de forma sem precedentes o cenário político brasileiro?

A justificativa para a análise de tal questão se dá pelo fato de o Brasil sendo uma democracia jovem ter recorrido aos protestos populares como forma de união coletiva em prol de um ideal: o fortalecimento e defesa da soberania popular, lembrando que vínhamos de um período de ditadura militar marcada pelo forte enfrentamento entre governo e movimentos sociais, que lutavam pela abertura política, e pelo expressivo cerceamento de direitos, com perseguições, torturas e censura dos meios de comunicação, inclusive se utilizando da mídia enquanto aparelho ideológico do Estado para garantia de apoio e fortalecimento do sistema.

Dessa forma, os protestos populares, com forte apoio de movimentos sociais e da população em geral, deram voz aos anseios coletivos do povo brasileiro e em cada período se mostrou como um importante instrumento de mudança da realidade. Em termos gerais, no ideário popular a união do povo traria um fortalecimento da sociedade enquanto ator político, dessa forma a sociedade ganharia maior representatividade política e maior força para exigir mudanças que fortalecessem o sistema político e por fim a própria democracia.

Dessa forma entendemos que se torna relevante tal questionamento ao usarmos o estudo em torno da produção desses autores sobre os protestos populares que se seguiram nesse período como uma forma de verificarmos se atingiram os objetivos iniciais do movimento.

A proposta para o presente trabalho é fazer então um estudo bibliográfico a partir de artigos que tratam dos protestos do Movimento Diretas Já, o que nos leva ao nosso problema de pesquisa, a partir do que indicam esses autores, como se deu o processo de organização social e política que levou ao surgimento de um movimento popular de ampla repercussão no cenário político brasileiro, chegando mesmo a se tornar um dos principais atores políticos na conjuntura de crise em torno da sucessão presidencial? Para conduzir o trabalho lançaremos mão principalmente da tese de mestrado de Alberto Tosi Rodrigues e do artigo de Edison Ricardo Emiliano Bertoncelo.

Na primeira parte buscaremos resgatar os princípios da democracia e sua relação com os movimentos sociais, bem como qual a relação entre esses grupos organizados da sociedade civil com o movimento Diretas Já, que uniram demandas sociais com interesses políticos em torno de um único propósito.

Na segunda parte vamos buscar recuperar as causas políticas, sociais e econômicas que motivaram o movimento, entendendo de que forma a conjuntura da época interferiu na participação e posicionamento dos diversos atores políticos envolvidos.

Na terceira parte veremos como se deram as manifestações, como aderiram os diversos sujeitos sociais e políticos e a capilaridade que ganhou o movimento nas camadas populares, bem como os efeitos da emenda de Dante de Oliveira na campanha pelas eleições diretas tanto na base governista quanto nos núcleos de organização dos movimentos ligados ao Diretas Já.

Na última parte faremos nossas considerações finais considerando a partir dos resultados obtidos ou não pelo movimento em torno do voto direto as consequências imediatas na sociedade e no cenário político brasileiro, chegando ao objeto de nosso trabalho, ao levantar essas questões, entender de que forma todo o processo repercutiu no cenário político brasileiro naquela época e nos dias atuais.

2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A DEMOCRACIA

Para iniciarmos tal discussão é importante resgatar que no imaginário coletivo a ideia de democracia na maioria das vezes esteve ligada ao ideário de participação popular, assim quanto maior a participação do povo, maior e mais madura seria a democracia daquela nação, ou mais democrática seriam as relações sociais e políticas de um país à medida que seu povo participasse, ou fosse representado, mais ativamente das decisões através de instituições democráticas.

Remontando à épocas passadas, podemos perceber que a história de participação cívica no Brasil se fez presente em vários momentos, mesmo nos períodos menos democráticos de nossa história, incluindo ditaduras e a própria monarquia, através de movimentos de insurreição e protesto que contaram com a participação massiva de coletivos populares ou de classes sociais mais burguesas, trabalhadores, escravos ou empresários e intelectuais. Para Rosa Luxemburgo (1970), os movimentos de massa seriam “o pulsar vivo da revolução e, ao mesmo tempo, sua roda propulsora mais poderosa”.

Outra coisa que podemos observar é que são diversos os problemas e situações que refletem a desigualdade de uma nação, em comum sempre temos uma classe dominante que, detentora do poder, rege os caminhos da sociedade alcançando o feito de silenciar as massas, em comum também temos geralmente uma parte da sociedade que insatisfeita e consciente de sua posição como sujeito político organizam-se em torno de uma ideia, de um objetivo coletivo e fazem surgir um movimento social. Para Rocha e Lucio (2013):

Movimento social é a ação coletiva de um grupo organizado que objetiva alcançar mudanças sociais sua luta é por meio do embate político, mediante seus valores e ideologias em um contexto específico, permeados por tensões sociais.

E para Gohn (2011) os movimentos sociais são

Ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas.

Ambos os conceitos concordam com o fato de os movimentos sociais se colocarem como agentes de mobilização popular coletiva em busca do atendimento ou visibilidade de suas demandas sociais, em comum também compartilham do caráter político de suas ações e da forma como buscam representatividade por meio de estratégias conjuntas e ações diretas e indiretas.

Segundo Tarrow (1988), assim que a persistência dessas práticas de mobilização coletiva ganham corpo e visibilidade na arena política, tornando parte da “grande política” como novos atores e sujeitos, “já não estamos mais diante de meras ações-diretas e sim de campos ético-políticos ou de redes sociais que criam energias sócio-políticas e recursos de poder, capazes de influir nos padrões culturais e nas formas de convivência política”. Falando dessa nova forma de “fazer política”, Rodrigues (2011) analisa que,

Para além da negação do clientelismo ou do corporativismo estatal, creio ser possível afirmar que tais movimentos populares e sindicais contribuíram efetivamente para a conformação de novas atitudes para com o “fazer política”, estruturadas a partir do investimento na socialização do conflito político e no compartilhamento de uma ética pública solidária, tendências que tiveram desde o início, como horizonte institucional, a democracia.

Ideia que carrega em seu cerne o conceito de democracia como eixo central das relações de igualdade de direitos entre os vários sujeitos políticos e marca consideravelmente as relações sociais e políticas. E ao tratar da questão da democracia nesse momento e no decorrer desse trabalho, lançaremos mão do conceito de Bobbio de democracia representativa:

A expressão democracia representativa significa genericamente que as deliberações coletivas, isto é, as deliberações que dizem respeito à coletividade inteira, são tomadas não diretamente por aquele que dela fazem parte, mas por pessoas eleitas para esta finalidade. [...]. Em outras palavras, um Estado representativo é um Estado no qual as principais deliberações políticas são tomadas por representantes eleitos, importando pouco se os órgãos de decisão são o parlamento, o presidente da república, o parlamento mais os conselhos regionais, etc. (BOBBIO, 2009, p. 56-57).

E de democracia direta do mesmo autor:

Para que exista democracia direta no sentido próprio da palavra, isto é, no sentido em que direto quer dizer que o indivíduo participa ele mesmo nas deliberações que lhe dizem respeito, é preciso que entre os indivíduos deliberantes e as deliberações que lhes dizem respeito não exista nenhum intermediário. (BOBBIO, 2009, p. 63).

Ressaltamos que a definição de democracia direta é consoante com o pensamento de Marx, para quem a democracia direta era um ideal e implicava, numa perspectiva rousseauiana do princípio da representação, no desaparecimento do Estado e assim no fim de sua separação da sociedade civil, passando o Estado a ser um organismo de interesses homogêneos e solidários, desaparecendo a divisão entre governantes e governados juntamente com esfera da “política” distinta. Para Marx, a Comuna de Paris é um bom exemplo desse conceito, por isso tanto a admirava, para esse grupo, os governantes poderiam ser retirados a qualquer momento estando condicionados às instruções formais de seus eleitores (Colletti, 1975, p.44).

Essa distinção se faz importante em razão das muitas variáveis e reivindicações que permearam as manifestações que serão objeto de estudo nessa discussão, assim podemos afirmar que esses conceitos de democracia transitavam no meio dos grupos sendo apoiados por muitos, de forma velada ou aberta, de forma consciente ou mesmo involuntária.

Outro ponto importante acerca do movimento Diretas Já foi proposto por Rodrigues (1993), ao afirmar que as ações políticas que interessam para a sua análise do movimento são as ações sociais do tipo racional tendo seu sentido orientado com relação a fins ou valores, tal afirmação nos lembra, segundo o mesmo autor, que toda ação política implica um conflito entre interesses diversos entre indivíduos ou grupos e se dá no interior de um quadro de restrições mútuas impostas pelo próprio conflito, a partir disso é importante frisar no que concerne ao Movimento Diretas Já que,

O primeiro ponto a esclarecer é que a crise não será entendida como um momento em que a atividade política muda sua natureza - crise como “desequilíbrio” do sistema ou como resultado de alguma “irracionalidade” coletiva (RODRIGUES, 1993)

Assim o que singulariza a ação política fruto dos conflitos que marcaram a campanha das Diretas Já é o contexto ao qual se dão as relações entre os atores envolvidos, ou seja, segundo o mesmo autor, “um estado particular do sistema político respectivo”, então, “a prioridade é decifrar as variáveis que estão em jogo no interior do próprio processo de crise, e não as causas ou determinações que pretenda explicar os eventos a partir de um ponto de vista globalizante e externo”.

3 A CAMPANHA DAS DIRETAS E SUAS CAUSAS

O ano é 1962, uma intensa movimentação política se dá após a renúncia de Jânio Quadros o que levaria seu vice João Goulart a sofrer oposição dos setores mais conservadores da elite política e da sociedade. Nos dois anos que se seguiram ao fato, o medo de que as reformas de base de caráter eminentemente de esquerda levassem o Brasil a uma “invasão comunista” à exemplo de Cuba que acabara de sofrer uma revolução, saturaram o quadro político e com apoio civil e militar nos levaram em 1964 à deposição do então presidente e conseqüentemente à uma resposta pelas vias militares à crise, sob a cariz de defesa das instituições democráticas e proteção do Brasil da “ameaça vermelha” e subversiva de ideais comunistas, o Brasil iniciou um de seus períodos mais negros e de intensa perseguição, com a tomada do poder por parte dos generais militares, o que deu início a um período de 21 anos de governo militar.

A campanha das Diretas Já nasce então no bojo da crise e saturação desse sistema com o adensamento da crise econômica que se abateu sobre o Brasil à partir de 1974 e se intensifica com a recessão econômica de 1981. Para Delgado (2007) somado à crise percebíamos um “aparelho estatal brasileiro bastante fragmentado” e uma “autoridade do presidente bastante limitada” o que somente avivava a crise que se estabelecia e levava a uma erosão cada vez mais intensa do sistema.

Assim é possível inferir que a campanha das diretas se deu como produto de uma série de manobras intersetoriais consequência direta de um contexto ampliado de conflito diante de uma conjuntura de grave crise política, principalmente a partir de 1983.

Nas palavras de Rodrigues (1993),

A ação política verificada na crise de 1983/84 teve por referência um determinado contexto conflitual, ou seja, uma dada configuração conjuntural do jogo político na qual se moviam os protagonistas da crise. Contexto esse que esteve sujeito à ação da própria mobilização. É nesse sentido que a conjuntura da campanha das diretas deve ser entendida como um ‘estado particular’ do sistema político brasileiro naquele momento. Em suma, deve ser vista como conjuntura crítica, uma crise política.

E portando, segundo o mesmo autor,

Tratava-se certamente de uma crise de governo - vivenciada através de uma sensação generalizada de perda de autoridade por parte dos governantes, dada a gestão errática da política econômica, suspeitas de corrupção, etc - e também de uma crise de regime - pela evasão crescente de legitimidade do arcabouço institucional autoritário (Rodrigues, 1993).

Isso nos leva à hipótese levantada dada pelo mesmo autor em um trabalho posterior de que ciclos de mobilização (ou segundo é visto em outras literaturas, ciclos de protesto) e ciclos de reforma institucional interagem entre si alimentando-se mutuamente, ideia que nos permite analisar que na história do Brasil períodos de maior movimentação cívica são acompanhados de intensa agitação e organização das massas que assumem um papel político pressionando os atores políticos e a própria sociedade a uma reforma nas instituições nas bases da própria representatividade política, alterando sobremaneira os núcleos de poder político.

Num contexto de acirramento da crise o uso do conceito de mobilização não deve ser visto apenas como o momento “da aquisição e controle de recursos”, numa forma reducionista de análise da situação, a mobilização é sim, por sua vez, nesse contexto uma “condição pressuposta da ação política coletiva” e também como a própria ação política coletiva, em outras palavras a mobilização faz parte da própria crise.

Por isso, segundo Rodrigues (1993), ao abordamos as mobilizações sociais que se seguiram durante os anos de 1983-1984 e sua relação com o regime militar vigente, não podemos perder de vista que,

a mobilização de que tratamos não deve ser confundida com uma atividade de oposição ao regime. Não há razão para se conceber as mobilizações como ato de “descontentes”, “opositores” ou “dominados”. Não faz sentido pensar numa contraposição entre a ação do Estado, do regime ou do governo, de um lado, e as mobilizações, de outro, ou a oposição entre a atividade tática dos “dominantes”, de um lado, e a dos “dominados”, de outro (ainda que a prudência mande atentar para as diferenças entre os estoques de recursos e os repertórios da ação de uns e de outros).

Assim, o movimento das Diretas Já não se configurava unicamente como um contra-movimento em oposição à política institucional, na realidade devemos tentar apreender a dinâmica das conjunturas de crise, como a que nos referimos, como um processo de interação e embates de lógicas das ações políticas dos diferentes sujeitos envolvidos, para Rodrigues (1993), “o substrato (**dessa análise**) é constituído por uma ampla rede de interesses e motivações heterogêneos, razão

pela qual as mobilizações não se dão sempre em torno de apostas comuns, visando fins comuns. A mobilização vivida na campanha das diretas é um exemplo contundente disso” (grifo meu).

No caso brasileiro é importante notar que no que se referia ao tratamento das demandas econômicas da população empobrecida Rodrigues (2011) salienta que o regime militar pagou um preço alto pela decisão de excluir os setores populares por meio do endurecimento das medidas de contenção desses setores, o resultado, em longo prazo, se viu no aumento significativo e cada vez mais constante de conflitos e mobilizações contrárias ao regime que redundaram, por sua vez, em uma erosão de apoio da sociedade e dos políticos.

Para Bertonecello (2009) as causas iam mais além, e cita três razões claras para essa erosão do regime militar:

Em primeiro lugar, havia a dimensão da crise de Estado gerada pela drástica redução da capacidade estatal em promover o desenvolvimento capitalista e em intermediar os interesses sociais em esfera corporativa (...) em segundo lugar, havia uma crise do regime, gerada pelas alterações das relações de poder entre os principais centros de poder político (especialmente o enfraquecimento do Executivo Federal vis-à-vis os Executivos Estaduais e Congresso Nacional) e pela crescente dificuldade em canalizar a participação popular para os (esvaziados) canais eleitorais (...) por fim, havia uma crise de governo, caracterizada pelo enfraquecimento da autoridade presidencial, pela paralisia decisória e pela fragmentação da base de sustentação político-partidária do governo federal no Congresso Nacional.

Assim podemos ver que a crise sistêmica que minou as bases do governo militar e criou o campo fértil para a movimentação social que levou a participação civil no sentido de se levantar em prol da redemocratização do país e pelo direito de voltar a escolher por voto direto seus representantes no executivo se deu por um conjunto de fatores que vão além de uma simples crise econômica, tais razões perpassam as próprias bases do regime capitalista, cujo modelo financeiro se vê esvaziado e em declínio.

Para Leonelli e Oliveira (2004) “acordos assinados com o FMI beneficiam o grande capital e prejudicam as indústrias e comércio” com a falta de apoio de empresários o regime militar passa a ser perseguido pelos seus principais apoiadores de outrora. Para Bertonecello (2009), “a estratégia de combate à crise, que privilegiava medidas de impacto recessivo, gerou enormes reações internas, o

que enfraqueceu as bases de apoio social e político das autoridades governamentais”.

Assim podemos observar que houve um acirramento da dimensão societária do conflito, uma ampliação das arenas de disputa em vigor, o que por sua vez, fez com que a conjuntura sócio-política não permitisse que a luta se restringisse aos círculos autoritários dos grupos que promoviam uma estratégia da liberalização do regime, mas ao contrário ampliou o campo de luta se expandindo para além dos círculos institucionais.

Podemos interpretar esse dado como um “renascimento da sociedade civil” que fora de forma contínua relegada à clandestinidade e à ação de grupos minoritários durante o período de maior controle do regime militar, mas segundo Rodrigues (1993) essa seria uma visão de senso-comum, rasa e talvez muito precoce, contudo há de se concordar que a sociedade civil como a conhecíamos, depois de desarticulada pelo regime autoritário, começava mais uma vez a ganhar corpo e voz.

Mesmo que possamos visualizar que a sociedade começa se mostrar capaz de contrapor-se ao poder estatal, nas palavras de Rodrigues (1993) devemos tomar certo cuidado na análise da conjuntura de crise e conflito e expandir nossa visão para além das lógicas imediatas, sob o risco de ao não observarmos adequadamente essa questão quedarmos em um reducionismo analítico, pois

o “social” não é portador de uma ou duas, mas de inúmeras logics a partir das quais se dá o conflito político. Seria extremamente empobrecedor restringir a análise do conflito presente na conjuntura das “diretas já” à uma queda de braço entre o Estado autoritário (ou regime) em decadência e a sociedade civil (ou a oposição) em ascensão.

O ponto talvez mais importante em qualquer leitura acerca do movimento Diretas Já deve partir de seu diferencial básico que foi a presença de uma ampla mobilização multi-setorial, ou seja, ela foi capaz de envolver em torno de uma mesma ideia múltiplos setores da sociedade, que levou a um desmonte a nível conjuntural da institucionalização setorial no que se referia ao “objeto do conflito, aos interesses e regras em jogo e aos recursos mobilizados”, nas próprias palavras de Rodrigues (1993), portanto, numa mobilização multi-setorial

(1) a definição do(s) objeto(s) do conflito escapa ao controle de cada setor, na medida em que é compartilhada por todos os setores mobilizados.

(2) os interesses em jogo (determinantes das apostas dos protagonistas) deixam de ser especificamente setoriais, o que faz com que as “regras do jogo” deixem de ser as leis imanentes, próprias de cada setor. (mas note-se que os interesses básicos em comum, os voltados para a existência do setor enquanto tal permanecem válidos).

(3) os estoques de recursos deixam de ser “um capital específico”, na medida em que sua origem deixa de ser exclusivamente a posição institucional detida no campo ou setor e seu fim deixa de ser apenas a disputa interna.

(4) em consequência dessa localização multi-setorial do conflito, o valor ou a eficácia dos recursos flutua conforme o peso relativo que as diferentes arenas adquirem, ao longo do conflito.

Com esta característica peculiar de mobilização multi-setorial podemos olhar para a campanha de mobilização das Diretas Já como um parêntese em meio à crise do regime, dentro do qual se deu um processo único de mobilização onde as posições dos sujeitos envolvidos não devem ser vistas sem o adequado contexto histórico das experiências dos anos 1960, 1970 e início dos anos 1980.

Um exemplo disso é o resultado das eleições de 1982, onde a formação das bancadas estaduais e da federação seguiram uma tendência de evidenciar a situação de erosão e desgaste do regime autoritário, o resultado acabou por dar à oposição o controle dos principais estados da Federação, lembrando que o apoio político e material dos governadores desses estados mostrou-se essencial para a eclosão do movimento.

No Senado a bancada congressista foi renovada chegando a 362 novas cadeiras, na câmara o impacto foi ainda maior, e se mostrou um duro revés ao regime, a bancada governista do PDS, principal partido de apoio do governo angariou 235 cadeiras, ao passo que a oposição, com a entrada no cenário de partidos de centro-esquerda e de partidos emergentes, como o PT fundado apenas alguns anos antes, conseguiu 244 das cadeiras, com a maioria formada por deputados do PMDB, assim o governo vê sua influência no Congresso diminuir significativamente, mas, em detrimento dessa renovação, o governo manteve a maioria no Colégio Eleitoral, o que se mostrou primordial para o encaminhamento do processo, pois caberia a este Colégio Eleitoral a eleição do sucessor de Figueiredo.

4 A ECLOSÃO DOS PROTESTOS

No capítulo anterior vimos como as mobilizações multi-setoriais crescem no bojo de um movimento mais amplo de organização política de grupos vinculados à sociedade civil, assim percebemos que a eclosão do movimento começa a ganhar força a partir da percepção das dificuldades e vulnerabilidades coletivas das classes mais empobrecidas e com menos notoriedade na sociedade da época em função da política de criminalização e perseguição de grupos e movimentos sociais.

Essas carências coletivas oriundas dos bairros (com especial ênfase, mas não unicamente nas periferias) das grandes metrópoles, ganham destaque a partir de uma organização basicamente formada pelos próprios moradores, viu-se nessas organizações populares uma possibilidade de vocalização de suas demandas, graças a uma estruturação ligada às novas possibilidades de disposição dos movimentos populares que se seguiram ao processo de liberalização política. Nas palavras de Rodrigues (1993),

O fundamental a apontar aqui é que surgiram com os movimentos novas formas organizativas, fortemente vinculatórias com relação às bases. Através de práticas com a assembléia de bairro, as camadas sociais assim organizadas tiveram a possibilidade de gerar novos padrões de valores e de promover uma vinculação de caráter político entre as necessidades coletivas e as condicionantes estruturais à sua satisfação.

O movimento das Diretas Já tem início então com a mobilização de grupos ligados a artistas, trabalhadores sindicalizados e a grupos ligados a entidades católicas, assim podemos iniciar citando a organização da União Brasileira de Teatro que a 24 de novembro de 1983 começam a colher assinaturas pró-diretas nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, a essas primeiras manifestações seguiu-se o primeiro grande encontro popular da campanha no dia 27 de novembro de 1983 no Pacaembu em São Paulo, promovido por PT, PMDB e PDT e mais a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, CUT, Conclat, UNE e outros, num total de 70 entidades envolvidas na organização do evento sob a bandeira das “Diretas Já” e a favor da solidariedade entre os povos latino-americanos.

A esse evento se somou um forte apelo emocional, pois no mesmo dia morria Teotônio Vilela, defensor ferrenho das diretas, fato que acabaria por torná-lo um símbolo da luta a favor das eleições diretas.

Naquele fim de ano, a eclosão dos movimentos pró-diretas, a ausência de uma negociação objetiva nos círculos do regime militar em relação a sucessão presidencial e o crescimento e persistência da candidatura de Maluf, então do PDS, como nome apoiado entre os mais convencionais colegas de partido, acabaram lançando por terra qualquer proposta ou ideia de coordenação sucessória por parte do governo à sucessão de Figueiredo, fato marcado pelo seu pronunciamento em radio e TV no dia 29 de dezembro em que renunciava à delegação do PDS e criticava a campanha pelas diretas.

A conjuntura de crise instalada em 1983, como podemos compreender até o momento, foi o terreno fértil onde a ideia da eleição direta para presidente da república encontrou as condições necessária para se desenvolver e se tornar a preferência da população, ideia que também fez surgir um movimento reivindicativo de massa capaz de acumular para si um bom estoque de recursos políticos o que lhe permitiu ganhar certa notoriedade e força política, tal mobilização dos sujeitos políticos se mostrou intrinsecamente ligada a mesma crise. Para Rodrigues (1993).

A partir de janeiro de 1984, o impacto desse evento político que foi a campanha das “Diretas Já”, gerado pela crise do regime e ao mesmo tempo parte dela, provocou uma mobilização multi-setorial responsável pela configuração de uma nova lógica de atuação. Convergiram conjuntamente as dimensões institucional e societária do conflito político. Sob o impacto da mobilização multi-setorial, mudou de qualidade a crise política que se conformava. Consubstanciou—se, então, uma conjuntura fluida, que alterou a disposição das peças no tabuleiro de jogo vigente, radicalizou a instabilidade política e fez com que se ampliasse a Interdependência - para efeito do cálculo político - entre os diferentes sujeitos presentes.

Para Teixeira e Chaves (2004) não é simples compreender as razões e caminhos que levaram a eclosão de um movimento da envergadura do movimento das Diretas Já contudo em qualquer das hipóteses, as análises desse período concordam que se tem início na história brasileira um novo tempo que marca de forma indelével uma mudança de paradigmas que marcam uma nova era na política brasileira

As trilhas da redemocratização brasileira tornam ainda mais desafiador compreender a eclosão de um movimento como o das Diretas Já! Uma análise detida do processo permite amplificar a disputa entre duas posições em torno dos destinos da sociedade brasileira. De um lado, atores de um regime que muda para permanecer no controle. De outro, a manifestação altissonante de cidadãos que se repositionam em relação à vida política, buscando voz e voto no cenário nacional. Tinha início no Brasil um novo “tempo da política”.

Assim, com o início dos comícios e manifestações de massa, temos constituído o cenário de maior visibilidade da emergência da dimensão societária do conflito político, evidenciando uma das maiores características desse movimento, o fato de que, na medida em que crescia essa dimensão de participação da sociedade como um ator político, a correlação de forças ocupa múltiplas arenas e cenários, tendo como cálculo principal o tema das eleições diretas enquanto referencial fundamental desse processo.

Em resumo, os brasileiros viram nos primeiros meses de 1984 à constituição de um quadro político um tanto peculiar, onde os vértices fundamentais passaram a ser de um lado a aprovação da emenda em tramitação no parlamento e de outro o crescimento da campanha junto à sociedade.

A emenda em questão é a proposta por Dante de Oliveira, que aguardava sua aprovação coincidentemente no período em que se intensificou a crise, mas, não fosse a proposição dessa emenda, o caminho para a mudança do processo eleitoral poderia ter encontrado, e certamente encontraria, entraves para seu progresso, tanto jurídicos quanto, e principalmente, políticos. Da mesma maneira, não fosse todo o processo de mobilização em torno do movimento Diretas Já, a proposição de tal emenda não encontraria qualquer possibilidade de ser aprovada e tampouco de ser discutida de forma séria dada as correlações de forças em vigor no parlamento.

Dessa forma podemos ver como tanto a proposição de Dante de Oliveira quanto todo o processo de mobilização em torno do movimento das diretas alimentaram o processo de abertura política de forma interligada, pressionando os grupos políticos envolvidos na crise. Esse cenário, segundo Rodrigues (1993) foi responsável pela introdução no jogo político de três fatos importantes,

O primeiro é que as manifestações que surgiram marcaram o momento em que a pressão passou a se concentrar especificamente na aprovação da emenda Dante de Oliveira, coisa que não estava clara quando das primeiras mobilizações, ainda em 1983;

O segundo é que, a partir daí, e de forma paulatina, as debilidades organizativas e de articulação política começaram a ser superadas e a dispersividade das iniciativas anteriores foi substituída pela definição de um centro gravitacional em direção ao qual os esforços passaram a se mover; O terceiro é que as forças de regime, por seu turno, se a princípio buscavam minimizar a mobilização e vende-la como rompante inconsequente, a partir dos primeiros comícios de massa se veriam forçadas a traçar estratégias mais criteriosamente concatenadas, com o intuito de barrar o avanço da campanha.

O impacto dos primeiros grandes comícios em Curitiba e em São Paulo, logo em janeiro de 1984, organizados em torno dessa nova lógica do jogo político, forçou o governo já em fevereiro daquele ano a mobilizar-se em torno do reenquadramento da sucessão presidencial onde já se ensaiava uma articulação para derrotar a emenda no congresso.

Acerca da emenda de proposição do deputado Dante de Oliveira do PMDB de Mato Grosso, sabe-se que fora concebida um ano antes do acirramento da crise em torno das eleições diretas. Motivado, depois de constatar que nenhuma das propostas já existentes se encontravam em trâmite, o deputado então se empenhou em conseguir as assinaturas necessárias, contudo, sendo pouco conhecido e conhecendo igualmente poucos parlamentares teve dificuldade em colher as 160 assinaturas necessárias.

A despeito das dificuldades iniciais a emenda foi apresentada no dia seguinte com a seguinte redação:

“Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 1983.

Dispõe sobre a eleição direta para presidente e vice-presidente da República.

As mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no uso das atribuições que lhes confere o art. 49 da Constituição, promulgam a seguinte emenda ao texto constitucional:

Art. 1º Os arts. 74 e 148 da Constituição Federal, revogados seus respectivos parágrafos, passarão a vigor com a seguinte redação:

Art. 74. O presidente e vice-presidente da República serão eleitos, simultaneamente, entre os brasileiros maiores de trinta e cinco anos e no exercício dos direitos políticos, por sufrágio universal e voto direto e secreto, por um período de cinco anos.

Parágrafo único. A eleição do presidente e vice-presidente da República realizar-se-á no dia 15 de novembro do ano que anteceder ao do término do mandato presidencial.

Art. 148. O sufrágio é universal e o voto é direto e secreto; os partidos políticos terão representação proporcional, total ou parcial, na forma que a lei estabelecer.

Art. 2º Ficam revogados o art. 75 e respectivos parágrafos, bem como o parágrafo 1º do art. 77 da Constituição Federal, passando seu parágrafo 2º a constituir-se parágrafo único.

Com um texto direto e simples a emenda acabou por juntar em si as demais propostas (na época cinco outras emendas haviam sido apresentadas com textos diferentes), um acordo entre os partidos acabou por juntar todas na emenda apresentada por Dante de Oliveira para facilitar os trabalhos dos parlamentares. A emenda, é lógico, sofreu oposição do PDS que após a renúncia de Figueiredo à coordenação da sucessão, assumiu essa tarefa e pretendiam de todas as formas defenderem as regras já estabelecidas para a sucessão presidencial, ou seja, o Colégio Eleitoral.

Para Dante de Oliveira, a justificativa para a proposição da emenda seria o resgate da tradição constitucional arraigada na sociedade de escolher seus representantes através da eleição direta.

Desde a primeira Constituição republicana, a eleição direta do primeiro mandatário da nação foi um postulado que se integrou na vida política do país. E os maiores presidentes que o Brasil já teve vieram, todos eles, ungidos pelo consenso popular.

Não só a tradição constitucional ou as aspirações populares militam em favor do restabelecimento do direito do povo de escolher o primeiro magistrado.

A legitimidade do mandato surge límpida, incontestada, se sua autoridade for delegação expressa da maioria do eleitorado.

Assim, o presidente passa a exercer um poder que o povo, livre e expressamente, lhe conferiu. Este passa a ser o mais alto representante desse mesmo povo, que não somente o escolheu, mas apoiou suas ideias, seu programa, suas metas. (Câmara dos Deputados, 2012)

Talvez com esse apelo à tradição popular e constitucional e recorrendo às aspirações populares de novamente serem mandatários da responsabilidade pela escolha do presidente e do vice como outrora a sociedade fora a responsável, a emenda tenha alcançado as classes mais populares do movimento e com isso fora também a mola que impulsionou os atores políticos ligados à oposição a se manifestarem favoráveis a proposta dada sua aceitação pela sociedade e sua capacidade de atrair para si a aprovação popular.

Paralelo a tudo isso, a crise econômica se intensificava e por sua vez, aprofundava suas relações com a crise política, e a iminência de um empréstimo junto ao Fundo Monetário Internacional (FMI) poderia ser vista com bons olhos por alguns grupos e observadores, talvez como uma forma de estabilidade política e econômica se aliada ao movimento pela sucessão presidencial.

Contudo, foi contra tal perspectiva que em 12 de janeiro de 1984, o governo do estado do Paraná em parceria com o diretório do PMDB organizou em Curitiba o primeiro dos grandes comícios em favor das diretas, reunindo em torno de 30 a 50 mil pessoas.

Embora tenha sido “ignorado” pelo governo que preferiu não se manifestar de forma explícita quanto à manifestação e nem tampouco esboçar qualquer reação de contraposição ao movimento, tal reação não passou em branco e foi interpretada, a despeito da indiferença que tentou repassar, como um indicativo da absoluta falta de controle sobre os caminhos que tomavam o movimento e explicitavam a situação política em que se encontrava o Planalto.

Por outro lado para a oposição o comício teve um duplo efeito, pois segundo Rodrigues (1993) “demonstrou a viabilidade do crescimento da campanha e funcionou como pressão sobre as lideranças oposicionistas mais moderadas, em especial os governadores”.

No mesmo mês, em 25 de janeiro, outro comício, agora de proporções ainda maiores, aconteceu na cidade de São Paulo na Praça da Sé e por vários motivos atraiu para si as atenções dos vários atores políticos e sociais envolvidos na campanha das Diretas Já, e por sua vez, provocou os mais importantes impactos sobre os atores da esfera institucional do conflito. A começar pelo número de participantes que foi muito mais expressivo, enquanto em Curitiba a manifestação atraiu em torno de 30 a 50 mil pessoas, em São Paulo o comício contou com um número estimado de 200 a 300 mil pessoas, o que mostra de forma clara o franco avanço da campanha entre a sociedade e como cada vez mais atraía a atenção da mídia e de outros atores. Sem mencionar o enorme efetivo de pessoas diretamente ligadas à preparação do evento que foram responsáveis pela confecção de um farto material de divulgação distribuído por varias organizações e movimentos sociais, o próprio governo do estado de São Paulo se envolveu diretamente na preparação do comício, mostrando o apoio irrestrito de algumas governadorias à campanha das eleições diretas.

Como aconteceu anteriormente, esse comício também causou impactos diversos nos atores políticos envolvidos, como o governador Tancredo Neves que

se encontrava em uma posição desconfortável, uma vez que queria mostrar seu apoio às manifestações tanto para seus correligionários pemedebistas quanto à população, por isso despendia todos os esforços para que o comício de Belo Horizonte fosse tão significativo quanto o de São Paulo.

Ocorre que Tancredo Neves também era favorável a uma solução negociada para a crise, tanto pelo temor da radicalização do movimento quanto pela vontade de se consolidar como uma figura de referência junto à oposição, para ele se pretendia avançar somente o suficiente para desestabilizar o sistema para que se quebrasse a ordem do regime militar e impedisse sua continuação, mas que esse avanço não fosse longe o bastante a ponto de desestabilizar os mecanismos institucionais de sucessão.

Mais uma vez, o Palácio do Planalto preferiu manter-se indiferente a tudo que acontecia, mesmo pressionado a dar uma resposta às ações na Praça da Sé, o governo ainda se via incapaz de responder a altura do impacto do movimento, a não ser buscar deixar claro que as regras para a sucessão já estavam estabelecidas, talvez intencionando transparecer algum controle institucional sobre a crise bem como à resposta da sociedade para seus efeitos.

No Congresso, os sujeitos políticos envolvidos na campanha pelas eleições diretas enfrentavam ainda o problema de não terem garantidos os mais de dois terços da plenária para garantir a aprovação da emenda do deputado Dante de Oliveira, limitados pelos mecanismos já estabelecidos pelo regime para sua continuidade, por essa razão depositavam suas esperanças no crescimento do movimento nas ruas como forma de pressionar a bancada do Congresso.

Passados os efeitos imediatos dos dois primeiros grandes comícios populares em apoio ao movimento pelas eleições diretas, as forças que apoiavam o regime começam a se organizar numa tentativa de responder à campanha, a ideia surgida como uma alternativa à crise que se instalara na sucessão presidencial seria responder as forças políticas e populares propondo uma emenda ao Congresso, que partisse do próprio governo, propondo eleições diretas, mas para o sucessor do sucessor de Figueiredo.

Dessa forma se manteria a prerrogativa do Colégio Eleitoral de escolher o próximo presidente da república e daria ao mesmo tempo uma resposta à sociedade que ansiava pela abertura política. Também se conjecturava uma saída pela reedição de medidas de emergência, ideia defendida por alas de militares insatisfeitos com os rumos até aquele momento, mas tanto uma medida quanto outra, ainda que presentes nos círculos de debate e discussão dos sujeitos envolvidos, não passaram imediatamente para este jogo, uma vez que o governo ainda pretendia manter a sucessão nos limites já definidos.

Da parte dos partidos de oposição, uma vez incentivados pela resposta das ruas à campanha das Diretas, seus principais representantes iniciam uma peregrinação por vários estados do Norte e Nordeste e Centro-Oeste, conhecida como “Caravana das Diretas”, sob a liderança de Ulysses Guimarães, Luis Inácio Lula da Silva e Doutel de Andrade.

Mais uma vez se aventa a hipótese de uma “investida comunista”, assim com em 1964, quando Figueiredo sustenta a ideia, através de documentos de que o movimento Diretas Já, não passaria de um movimento apoiado pelo PCdoB buscando fortalecer uma escalada “esquerdista” que ameaçaria a segurança nacional, como resposta, o presidente expõem a posição do governo diante da situação, deixando claro que a sucessão se daria pelo Colégio Eleitoral e que a emenda Dante de Oliveira não passaria, bem como deixou claro que não seria tolerado uma marcha de manifestante para Brasília. Sob a ameaça do “perigo vermelho” os ministros militares deixam claro sua posição ao afirmar que somente as eleições indiretas garantiriam a abertura política.

Essas respostas aos eventos políticos que se sucediam as ações de ambos os grupos envolvidos nesse jogo político permite-nos concluir ate o momento segundo Rodrigues (1993) que:

- 1) A estratégia inicial do governo (ou falta de uma), pela qual se procurava ignorar a mobilização pró-diretas, assim como a primeira tentativa de resposta ao movimento, consubstanciada na reunião de 15 de fevereiro – marcada pela iniciativa eminentemente militar e pela simples reafirmação das indiretas como parte da agenda previamente estabelecida pelo regime para a abertura – mostraram-se inócuas, de um ponto de vista substantivo, frente ao avanço da campanha.

- 2) Por outro lado, a campanha das diretas ganhara consistência política – pela cada vez mais consolidada articulação de lideranças partidárias e pelo aprimoramento organizativo possibilitado pelo surgimento de inúmeros comitês pró-diretas em todo país – e ganhara também caráter de movimento nacional de massa – como o demonstra a contabilidade das adesões, já computadas em milhões de cidadãos, bem como a relativa autonomia assumida pelos diversos focos dessa ampla teia de aderentes no que tange a iniciativa das ações.

Uma série de equívocos podem ser vistos por parte do governo federal na condução da crise política em torno da sucessão presidencial, grande parte disso em função da atitude do governo no início ao ignorar o potencial de mobilização das massas sociais, depois com as declarações do presidente seguido do apoio dos ministros militares em deslegitimar os movimentos com a ideia já conhecida do perigo da influência comunista na sociedade. A insistência em garantir a sucessão pelos meios já determinados e a recusa em dialogar com as massas só se mostraram improdutivas e contraproducentes, uma vez que não impediram e pelo contrário só fizeram fomentar as razões para o crescimento da campanha das diretas.

Da parte do movimento entre acertos e erros, se mostrou particularmente produtivas a organização em torno dos Comitês Pró-Diretas, formado por entidades de representação da sociedade civil e também de representantes de movimentos sociais e movimentos populares urbanos, por isso muito próximas das demandas e necessidades dessa massa que se avolumava cada vez mais em torno da bandeira do voto direto, essa aproximação favoreceu muito a organização das ações e a canalização das demandas societárias.

Enquanto isso, já se ensaiava nos bastidores o maior comício de massas do Brasil até aquele momento, Belo Horizonte se aprontava para receber uma das maiores manifestações a favor das diretas, o que também determinaria no futuro as posições e caminhos tomados por cada um dos grupos no jogo político. Esse evento consolidaria o cenário político de forma irreversível, um cenário que vinha se desenhando desde 1983, mas que as forças ligadas ao regime preferiram ignorar ou se mostraram incapazes de conter o avanço, nas palavras de Rodrigues (1993),

Um cenário essencialmente adverso ao regime autocrático, no qual o equacionamento do problema *sucessão presidencial* – e inclusive a discussão do conteúdo político do futuro governo, projetado pelos artifícios da abertura como o coroamento da transição política – só seria possível com a definição das regras sucessórias, postas em xeque, de modo

incontornável, pela emergência da dimensão societária do conflito. A palavra impasse, ali, se impunha.

Para completar a aguardada transição democrática era necessário então uma candidatura possível que fosse capaz de amenizar e cimentar as várias forças que rodeavam o núcleo do governo, tanto societárias quanto políticas, na visão das forças autocráticas dentro do regime, isso garantiria um relativo controle da situação, para essas forças isso precisava ser efetivado logo após o comício de Belo Horizonte, reafirmando que o governo precisava urgentemente deixar claro sua posição em torno do tema da sucessão presidencial no contexto das reivindicações que cresciam em torno do movimento Diretas Já.

Contraopondo-se a essa intenção e estratégia do governo, víamos um movimento que acumulava uma significativa quantidade de recursos, sociais e políticos, em torno de si, o que inviabilizava qualquer tentativa de se definir o quadro sucessório antes de se deixar claro como aconteceria, e por sua vez, de forma irreversível, deslegitimava qualquer decisão tomada pelo Colégio Eleitoral independente do resultado da emenda de Dante de Oliveira. Do bloco governista, os próprios pré-candidatos do PDS criaram uma situação de tamanha instabilidade em busca de apoio partidário para as convenções do partido que por sua vez acabaram por criar uma situação complexa para o governo no que se referia a buscar uma estratégia de ação unitária.

Nesse sentido o aspecto mais marcante da campanha das diretas, como cita Rodrigues (1993), foi o de “trazer de volta à cena política – desta vez em dimensões inusitadas – as grandes manifestações de massa”, mesmo que não se tenha restringido a uma sequência de atos populares, as manifestações foram sem qualquer dúvida, a maior fonte de recursos do movimento, também serviu de termômetro da ação política de ambos os lados. Dessa forma, Rodrigues (1993) esclarece que a essa altura da análise é possível se inferir que,

- 1) As manifestações deram materialidade ao consenso construído pela opinião pública, tornando inequívoca a legitimidade da demanda e ampliando o grau dessa legitimidade conforme se firmava o caráter massivo do movimento.
- 2) O fato, já assinalado, de que a campanha se tornou o referencial básico da lógica da situação dominante na conjuntura gerou, para além de inúmeras outras, a seguinte consequência: conforme os momentos de

ascenso ou descenso na sequência das manifestações, observaram-se oscilações de comportamento nos protagonistas do conflito.

Podemos observar como as análises do autor acerca do tema e principalmente em torno da relação entre o jogo político e a participação das massas nos comícios e manifestações, sendo estes também um recurso do próprio jogo a favor dos grupos opositoristas, demonstram como em uma conjuntura de conflito acirrado em torno de interesses distintos e difusos, a participação popular é responsável pelo tom do processo, atribuindo-lhe maior ou menor visibilidade.

Mesmo em um contexto de acirrado conflito político e de limitação de direitos de um regime autocrático, a participação cidadã pode a seu tempo ser o “fiel da balança” no jogo pelo poder, sendo responsável pela legitimidade dos interesses ou pelo sua negação, como o foi com a continuidade do regime militar e a luta pela abertura democrática.

No jogo político que se adensava, a distribuição e força política dos sujeitos determinava sua influência nos rumos e decisões a serem tomadas, assim a população enquanto força organizada ganha identidade nesse jogo e concentra em torno de si os recursos pessoais, sociais e políticos necessários para o embate público.

5 BALANÇO FINAL – CONQUISTAS E DERROTAS

Assim, a campanha das Diretas Já, nos permite perceber que as manifestações que fizeram parte dessas mobilizações de tão grande repercussão e adesão seguem uma lógica, cada manifestação será mais ou menos eficaz conforme o número de participantes que aderem ao movimento, uma vez que seu objetivo é repassar uma mensagem para aqueles atores localizados na institucionalidade política - e àqueles com poder de decisão - do apoio popular de que dispõem esses grupos organizados da sociedade.

A adesão massiva às manifestações funciona como uma forma de autoconvencimento dos sujeitos políticos envolvidos acerca de sua viabilidade, ou seja, de sua legitimidade junto à sociedade, o número de adesões às campanhas societárias e a campanha das Diretas em especial demonstram a extensão da opinião pública.

As conjunturas políticas e sociais de cada período também repercutem nas manifestações ao fomentarem o movimento ou deixá-lo cair no ostracismo, segundo Rodrigues (1993), “um movimento como o de que tratamos só se mantém com eficácia enquanto é capaz de ampliar a si próprio, coisa que, é óbvio, não se pode fazer indefinidamente.”

A história ainda presenciou, antes do fim da campanha uma mobilização ainda maior às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, Rio de Janeiro e São Paulo foram responsáveis pelo maior aglomerado de manifestantes de que se tem notícia na história política brasileira . Numa clara exposição do apoio absoluto de várias camadas da sociedade, de artistas e intelectuais cada manifestação levou às ruas mais de um milhão de pessoas num dos maiores exemplos de mobilização social em torno de uma reivindicação do mundo, todos a uma só voz se uniam a favor das eleições diretas e da abertura democrática, se uniam em torno do fim do regime autocrático evidenciando a vontade popular e marcando o ápice da saturação da manutenção do regime militar que se perpetuara pelo últimos 21 anos com centenas de casos de perseguição, censura e restrição de direitos.

Contudo, os dias que se seguiram foram marcados pela intensa movimentação do regime que se revigorara por meio de um estoque de recursos

políticos de que ainda dispunham, por meio de medidas, reuniões e outras estratégias e assim, no dia 25 de abril de 1984 após uma sequencia demorada de três sessões que duraram 17 horas, mesmo que o número de votos a favor da emenda representasse a maioria ela acabou rejeitada por 22 votos, foram 298 a favor e apenas 65 contra, sem contar os 116 votos perdidos por conta das abstenções e ausência dos parlamentares, ao não obter os dois terços de votos exigidos pela Constituição, a emenda Dante de Oliveira não passa pela Câmara e o governo sai “vitorioso” ao garantir a sucessão através do Colégio Eleitoral.

A campanha das Diretas Já encerra seu ciclo de mobilização contabilizando, em termos gerais, um saldo de derrota frente às suas reivindicações principais, prevaleceu a lógica da negociação entre governo e opositores sobre a lógica da ruptura e a vontade das ruas de eleger seu presidente por voto direto fica adiado para 1988 e depois disso para 1989. Segundo Rodrigues (2001), “este episódio de ampla mobilização de massa tem um perfil que poderia, à primeira vista, ser interpretado como o clímax do ciclo de saída do regime autoritário, ao qual se seguiria uma desmobilização que encerraria o ciclo”, contudo o mesmo autor lembra que esse padrão segue a vocação elitista de nossa tradição política, assim sugere que o resultado, no que concernia aos atores políticos, já era uma possibilidade.

O preço pago por tal acordo entre pares ainda precisa de um balanço adequado para se inferir as conseqüências de tais resultados, no que concerne à cidadania e a institucionalidade de um processo de abertura democrática por meios não democráticos. Mas que não se menospreze o fato de que os atores envolvidos alcançaram um feito até então sem precedentes, ao recuperar a capacidade ativa do povo, conseguiram tirar esses sujeitos do papel de coadjuvantes na elaboração teórica e na discussão política, talvez de meros sujeitos relegados a serem representados por políticos alheios às suas necessidades, para personagens centrais na vida política.

A mobilização das massas nesse processo seguiu uma lógica perceptível e perfeitamente quantificável do ponto de vista avaliativo, segundo Rodrigues (2001) se inicia em uma primeira fase responsável por “forçar as portas fechadas” do regime militar rumo à abertura política e liberalização da participação popular, a isso se segue o momento do “clímax” do movimento, onde os diversos processos sociais

emergentes com o apoio de atores dentro dos movimentos levaram à mobilização das massas na cena pública, questionando o regime e lhe causando um revés.

De ações pontuais de manifestação de grupos ligados a partidos e a movimentos contrários ao regime militar, sempre rechaçados e combatidos de forma autoritária e, via de regra violenta, com o cerceamento dos direitos, para um movimento de massa com grande capilaridade nacional, recebendo apoio irrestrito de outros atores, de empresários e também de políticos, um movimento de massa que abarcou em si os interesses de toda a sociedade de forma geral.

Culminando, por fim, em uma última fase, segundo Rodrigues (2001), onde percebemos um regime político que se desagrega, perde força política e se vê pressionado a aceitar o surgimento de um poder civil por meio de acordos e pactos políticos entre as alas moderadas governistas e oposicionistas.

Outro aspecto interessante desse período foi o de materializar o grande descontentamento de diversas camadas sociais no que se referia à situação econômica e política como já foi citado, para Kugelmas e Sallun (1993),

a intensificação dos protestos sociais funcionou como um mecanismo de pressão sobre os políticos profissionais em todos os partidos, que se tornavam mais sensíveis diante das pressões da opinião pública, e mais autônomos diante das orientações do núcleo do regime no contexto da abertura política.

A classe política precisou se voltar para a população para ouvir suas reivindicações, processo interrompido pela intensa perseguição na primeira metade da década de 1970 do então governo militar, que respondia de forma enérgica e repressora a qualquer manifestação pública por direitos e contra o regime. Ao ganhar novamente as ruas, o povo voltou a se caracterizar como importante ator político, com vontade e voz, capaz de exigir mudanças e de se manifestar a favor da democracia, com amplo apoio de movimentos sociais, a resposta foi intensa com ampla participação popular. Para Bertonecello (2009) “vários grupos sociais e políticos se uniram e organizaram manifestações públicas diversas (comícios, passeatas, caravanas etc.) para reivindicar o direito de escolher o Presidente da República pelo voto direto”.

Oliveira e Marinho (2012) citam quem seriam esses atores sociais, parte intrínseca desse grande sujeito coletivo que ganhou vez e voz ao se unir em torno do projeto do Deputado Dante de Oliveira.

Estudantes, operários, intelectuais, sindicalistas, artistas, jogadores de futebol, em especial os cidadãos comuns, compuseram esse sujeito coletivo. Milhares de indivíduos anônimos, dispersos – em sua maioria sem envolvimento direto nas lutas políticas – nesse momento, na condição de sujeito plural e a partir de um agir comunicativo, assumiram, coletivamente, uma posição favorável à emenda Dante de Oliveira. Atores sociais tradicionalmente marginalizados da cena política se colocam como protagonistas da mudança, assumindo a convicção de que poderiam promover a reorganização do sistema político e a superação da realidade a partir do restabelecimento das eleições diretas.

Outro grupo que veio ao encontro desses ideais ganhou destaque após as eleições de 1982, quando houve então uma distribuição real de poder entre os diversos atores políticos, a oposição ganha espaço, partidos como PMDB e PDT aumentam sua representatividade junto às governadorias o que por consequência significa que passam a exercer controle sobre parte da máquina estatal. De acordo com Bertonecello (2009) foram esses mesmos governadores, ou governadorias oposicionistas que foram grandemente responsáveis por todo o apoio financeiro e estrutural para a deflagração da campanha das diretas, “além de controlarem recursos importantes (como o controle sobre as polícias militares, essencial para garantir a segurança dos participantes)”. Para o mesmo autor a campanha ainda que não tenha logrado êxito imediato de suas demandas e objetivos foi, não de outra forma, significativa no contexto geral, pois,

Embora não tenha logrado seu objetivo principal, o movimento pelas diretas enfraqueceu fortemente o regime militar e as bases de sustentação do Estado Vargasista, reduzindo a capacidade dos dirigentes do regime e das lideranças pedessistas de conduzir o processo político em moldes favoráveis à reprodução de suas posições de poder. Ressalte-se, em primeiro lugar, que o amplo apoio sociopolítico à campanha isolou o núcleo do regime, forçando-o a ceder, parcialmente é verdade, às pressões vindas das ruas, esvaziando-o de seu caráter autoritário.

Depois de uma ampla negociação com a oposição, o PDS, partido da base governista se viu obrigado a negociar com a oposição, uma vez que o destino desses políticos estava intimamente ligado com sua aproximação do eleitorado, contudo de forma ponderada, tanto oposição quanto a situação negociaram os termos para a abertura democrática e para o voto direto, assim se estabeleceu que a sucessão de Figueiredo se daria por meio de Colégio Eleitoral, o que levou

Tancredo em 1984 a ser escolhido como presidente da república, mesmo nem tendo chegado a ocupar o cargo, uma vez que veio a falecer logo em seguida.

Dessa forma se encerrava as discussões sobre a emenda Dante de Oliveira que acabou vindo a ser rejeitada no Congresso e adiou ainda até 1989 a oportunidade de se exercer o voto direto para escolha do Presidente. Tanto mais, a escolha de Tancredo para alguns marca o fim do regime militar ditatorial, mas para outros somente o direito de escolher o próprio presidente é que marcou de fato o fim do ciclo das Diretas Já e finalmente o fim definitivo do período de repressão e o início da abertura democrática.

Para ambos os casos, é notório que o regime já vinha se esgotando em si mesmo, a erosão causada pela intensa crise econômica e política já decretava o fim de sua continuidade, mas o que se pode observar de mais marcante nesse período é o retorno do povo à rua como agente político com direito e voz, capaz de mobilizar milhões às ruas por uma única causa coletiva de defesa de direitos e de fortalecimento da democracia.

As lições deixadas pelo Movimento Diretas Já transcendeu os anos e repercutiu e ainda repercute na vida social e política da sociedade brasileira até os dias atuais. Exemplo disso é o Movimento Caras Pintadas que mais uma vez mobilizou milhares de pessoas que foram às ruas exigir o *Impeachment* do presidente Fernando Collor, curiosamente, o primeiro presidente eleito de forma direta após os eventos de 1984.

A geração que foi às ruas exigir a abertura política e o direito de escolher o próprio presidente retornou acompanhada de uma nova geração para mobilizar-se em torno de novas demandas, agora levantavam a bandeira contra a corrupção e pelo afastamento do presidente investigado por participação em atos ilícitos.

A mobilização popular em torno de seu afastamento mostrou-se mais uma vez um forte recurso político e depois de várias manifestações, o presidente Fernando Collor renunciou a seu cargo, neste caso o movimento obteve êxito sobre suas reivindicações, ainda que não se possa dizer que o movimento Diretas Já tenha logrado apenas derrotas, pelo contrário, as lições deixadas, como o mostram

hoje a história foram muito além dos efeitos imediatos sentidos logo após a derrota na aprovação da emenda Dante de Oliveira.

A literatura sobre o assunto mostra que significou uma mudança de atitude da sociedade diante da política, um reconhecimento do papel como cidadãos na escolha e fiscalização de seus representantes e, talvez, o resultado mais importante dos eventos foi que a democracia brasileira se renovou depois de um longo período de repressão.

Ao longo dos anos que se seguiram a esses eventos ainda tivemos outras oportunidades de ver essa união social em torno das decisões políticas e rumos da nossa sociedade, talvez os que mereçam mais relevo sejam os eventos de Junho de 2013, uma série de manifestações que tinham como principal bandeira a redução das tarifas de transporte público, mas que ganhou uma maior envergadura e visibilidade concentrando outras demandas sociais e principalmente o combate à corrupção e a ética na política como bandeiras de destaque do movimento.

E por fim as manifestações de 2015, que trazem muitos elementos das demais manifestações, com o diferencial de ser contemporânea de uma era de redes sociais, onde a mobilização para os eventos se dá de forma impessoal e não mais com debates, discussões e a participação ativa de movimentos sociais em parceria com entidades de classe ligadas aos conjuntos sociais mais populares da sociedade na articulação do movimento. A bandeira mais uma vez é a ética na política e o combate à corrupção, não se pode ignorar a capacidade de mobilização desses grupos, mesmo que deles já não participem as mesmas entidades e movimentos das manifestações de 2013.

O que cada uma dessas manifestações tem de consoante ao movimento das Diretas Já e que poderíamos considerar como um “legado” às gerações futuras é o fortalecimento da democracia por meio da mobilização pública, onde tiramos o debate restrito a Câmaras e Comitês e o transferimos para as praças e ruas reconhecendo a população como um ator político com vez e voz nas decisões que lhe afetam. Nesse sentido garantindo o direito de se manifestar e expor sua vontade para além das urnas em um embate direto de idéias e objetivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERTONCELO, Edison Ricardo Emiliano. **"Eu quero votar para presidente": uma análise sobre a Campanha das Diretas.** *Lua Nova* [online]. 2009, n.76, pp. 169-196.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia.** 2009. Rio de Janeiro: Paz e Terra

COLLETTI, Lucio, **From Rousseau to Lenin**, 1972, in BOTTOMORE Tom. 1988. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro, Zahar.

DELGADO, Lúcia de Almeida Neves. 2007. **Diretas-Já: vozes das cidades.** In: FERREIRA, Jorge & REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e democracia.** Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*, p. 409-427.

GOHN, MARIA DA GLÓRIA. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** Revista Brasileira de Educação. 2011.v. 16 n. 47 maio-ago.

KUGELMAS, E.; SALLUM Jr., B. 1993. **"O Leviatã acorrentado: a crise brasileira dos anos 80"**. In: SOLA, L. **Estado, mercado e democracia: política e economia comparadas.** São Paulo: Paz e Terra

LEONELLI, Domingos & OLIVEIRA, Dante de. 2004. **Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura.** Rio de Janeiro: Record.

LUCIO, Antonio Barbosa, ROCHA, Jose Aparecido da Silva. **Protesto social no Brasil: os jovens nos movimentos sociais Diretas Já e Fora Collor.** 2013. Disponível em http://actacientifica.servicioit.cl/biblioteca/gt/GT20/GT20_daSilvaRocha_BarbosaLucio.pdf > acesso em 15 nov. 2015.

LUXEMBURG, R., **Rosa Luxemburg Speaks.** 1970. in BOTTOMORE , T. 1988. **Dicionário do Pensamento Marxista.** Rio de Janeiro: Zahar.

KRAMER, Paulo (Org.). **Dante de Oliveira, 1952–2006;** Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2.^a ed. 2013. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/16461>> acessado em 30 nov. 2015.

OLIVEIRA, S. D. P., MARINHO, M. G. da S. M. da C. **Diretas Já, um movimento social híbrido.** *Revista Debates*. 2012. Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez.

RODRIGUES, A. T. 1993. **Mobilização e conflito político: a campanha das “Diretas Já”.** Campinas. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

_____. **Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2001, n.17, pp. 33-43.

TARROW, S. 1988. **National Politics and Collective Action: Recent Theory and Research in Western Europe and the United States.** *Annual Review of Sociology*, n. 14. In RODRIGUES, Alberto Tosi. **Ciclos de mobilização política e mudança institucional no Brasil.** *Rev. Sociol. Polit.* [online]. 2001, n.17, pp. 33-43.

TEIXEIRA, Carla Costa; CHAVES, Christine de Alencar (Orgs.). **Espaços e Tempos da Política.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2004. In Oliveira, Sonale Diane Pastro, Marinho, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. **DIRETAS JÁ, UM MOVIMENTO SOCIAL HÍBRIDO.** *Revista Debates*, Porto Alegre, v.6, n.3, p.129-143, set.-dez. 2012.